

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
PARTE I: O MANDADO DE DETENÇÃO: instrumento do sistema europeu	17
1 A COOPERAÇÃO JURÍDICA COMO VERDADEIRO SISTEMA PARTICULAR	17
1.1 A cooperação jurídica internacional clássica	21
1.2 A cooperação jurídica internacional e o direito penal: cooperação jurídica penal internacional	27
1.3 A União Europeia: a evolução nas formas de cooperação	33
1.3.1 As principais convenções de cooperação jurídica internacional em matéria penal no âmbito europeu	35
1.3.1.1 Convenção europeia de auxílio judiciário mútuo em matéria penal (1959)	36
1.3.1.2 Grupo TREVI (1975)	37
1.3.1.3 Acordo de Schengen (1985) e sua convenção de aplicação (1990)	37
1.3.1.4 O Tratado de Maastricht: o seu terceiro pilar	39
1.3.1.5 Conselho de Dublin (1996): plano de ação na luta contra o crime organizado	41
1.3.1.6 <i>Corpus Juris</i> (1995-1997)	42
1.3.1.7 Tratado de Amsterdam (1999)	44
1.3.1.8 Tampere: espaço europeu de segurança e justiça (1999)	45
1.3.1.9 Nova convenção de auxílio judiciário mútuo em matéria penal entre os Estados-Membros da União Europeia (2000)	46

1.3.1.10 Acordo Schengen III (ou Convenção de Prüm).....	46
1.3.2 Principais instrumentos de cooperação jurídica internacional em matéria penal decorrentes dos acordos e convenções firmados entre os Estados-Membros da União Europeia	47
1.3.2.1 Europol.....	47
1.3.2.2 A Rede Judiciária Europeia (RJE).....	49
1.3.2.3 O Formulário de Cartas Rogatórias.....	51
1.3.2.4 Os magistrados de ligação.....	51
1.3.2.5 O EUROJUST	52
1.3.2.6 O Ministério Público Europeu.....	54

2 SURGIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO MANDADO COMUNITÁRIO

2.1 A extradição	56
2.2 O Mandado de Detenção Comunitário	65
2.2.1 O princípio do reconhecimento mútuo.....	67
2.2.2 O Mandado de Detenção Europeu (MDE).....	71
2.2.2.1 O Mandado de Detenção e a Decisão-Quadro do Conselho da Europa que o instituiu.....	73

PARTE II: A EMERGÊNCIA DE UMA COOPERAÇÃO JURÍDICA NO MERCOSUL.....

1 A IMPLANTAÇÃO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA NO MERCOSUL.....	109
1.1 A Convenção de Nassau e o Protocolo de São Luiz.....	110
1.2 O Acordo sobre Mandado MERCOSUL de Captura	123

2 OS PROBLEMAS DA AUSÊNCIA DA SUPRANACIONALIDADE NO MERCOSUL	129
2.1 A supranacionalidade e sua essencialidade a um bloco de integração regional	130
2.2 As constituições nacionais dos Estados-Membros do MERCOSUL e a supranacionalidade: a inexistência de obstáculos intransponíveis à sua implementação.....	140
2.3 Supranacionalidade no MERCOSUL: o caminho para uma efetiva aplicação do Mandado MERCOSUL de Captura	150
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
 REFERÊNCIAS	159
 ANEXO A.....	175
Decisão-Quadro que Instituiu o Mandado de Detenção Europeu	
 ANEXO B.....	205
Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho	
 ANEXO C	219
Protocolo de São Luiz: Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais (MERCOSUL)	
 ANEXO D.....	233
Convenção Americana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal	
 ANEXO E	247
Acordo Sobre o Mandado MERCOSUL de Captura e Procedimentos de Entrega Entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados	